

FAZENDO O BEM QUE MAL TEM? UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA OFERTA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO CONTEXTO NEOLIBERAL

XXII ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO MINAS GERAIS: Produzindo vozes em tempos de necropolítica, 0ª edição, de 04/09/2021 a 07/09/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-84-5

JÚNIOR; Nilson De Jesus Oliveira Leite¹, FREITAS; Ramilly Guedes de², SERAFIM; Jaciany Soares³

RESUMO

Modalidade: GT. **Eixo:** Psicologia Social Crítica, Políticas Públicas e Direitos Humanos. **Introdução:** O terceiro setor é composto por entidades da iniciativa privada sem fins lucrativos que compartilham de objetivos públicos, visando sanar as demandas sociais. Em vista disso, esse setor colabora para a otimização dos benefícios, programas, projetos e serviços da Proteção Social Básica (PSB), que tem por finalidade contemplar o trabalho social com usuários e famílias em situações de vulnerabilidades e riscos sociais (BALTAR, J. F.; RODRIGUES, 2019). A atuação do terceiro setor se insere num contexto neoliberal que, desde o início da década de 1980, produz e define um modelo de governabilidade pautado na competição generalizada e na defesa de um Estado mínimo. **Objetivo:** Analisar numa perspectiva crítica a relação da atuação do terceiro setor na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no contexto do neoliberalismo. **Metodologia:** Dados parciais da pesquisa “Representações sociais dos Gestores Sociais: atuação em Organizações Não Governamentais (ONG’s) de Montes Claros”. Estudo de abordagem qualitativa, exploratório-descritiva, com análise de conteúdo. As entrevistas estão sendo realizadas por meio de ligações telefônicas e questionários eletrônicos. Foram entrevistados 13 gestores de entidades que ofertam serviços na PSB. **Resultados:** Montes Claros é um município de grande porte, com cerca de 31.112 pessoas em situação de pobreza e 26.588 em extrema pobreza (BRASIL, 2021). Embora grande contingente populacional, ele possui 11 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para a oferta da PSB. Complementar à atuação do CRAS, há 66 entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) ofertando serviços da PSB. Apesar das potencialidades da atuação dessas entidades, faz-se necessário problematizar questões relativas à tal atuação e ao papel do Estado na garantia de direitos. Primeiramente, nos convoca a refletir sobre a continuidade das ofertas, sabe-se que os serviços da PNAS possuem caráter continuado e obrigatório. Os resultados das entrevistas feitas até o momento demonstram que as entidades não possuem tal obrigatoriedade da oferta e estão suscetíveis a interromperem as atividades em função de vicissitudes que possam surgir, como a falta de recursos financeiros, sobretudo no atual cenário pandêmico marcado pelo empobrecimento generalizado da população. Outro ponto refere-se à transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil e sua estagnação e afastamento diante das mazelas sociais. Assim, a atuação das entidades pode ser considerada paliativa quando, na verdade, o Estado quem deveria enfrentar os problemas estruturais resultantes das desigualdades sociais. **Considerações finais:** Portanto, é urgente questionar sobre o lugar ocupado pelo terceiro setor no contexto neoliberal e sobre de quem é a real responsabilidade pelo enfrentamento das desigualdades sociais para não reforçar concepções assistencialistas da PNAS.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor, Política de Assistência Social, Proteção Social Básica

¹ Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna - FASI, nilson.junior@fasi.edu.br

² Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna - FASI, ramilly.freitas@soufasi.com.br

³ Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna - FASI, jacyany.serafim@fasi.edu.br